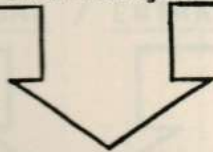


SITUAÇÃO DESEJADA / PROPOSIÇÕES DE MELHORIA

PRIORITIZAÇÃO



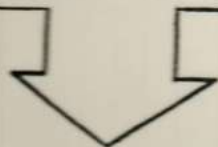
01. Propor a criação da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer.
02. Propor a criação da Fundação do Desenvolvimento do Desporto , sendo sua manutenção com recursos oriundos da arrecadação das Praças de Esportes.
03. Criação da Loteria Estadual com fins específico de promover o Desporto Sergipano.
04. Promover gestões, junto ao SEED/MEC e/ou outras entidades, ob jetivando a construção do Centro Olímpico de Treinamento.
05. Cobertura de Quadras de Esportes, já existentes, transforman do-se em mini-ginásios.

RELATOR: IRACEMA SOARES DE SOUZA FIGUEIREDO

ORIENTADOR METODOLOGICO: JOSE FERNANDES DA SILVA

PARTICIPANTES DO SEGMENTO

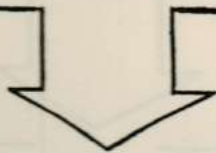
- | | |
|------------------------------|-------------------------------|
| 01. LEO FILHO | 02. GUSTAVO LAPORTE |
| 03. EDSON BARROS | 04. AUGUSTO DE OLIVEIRA PINTO |
| 05. ELCARLOS MENDONÇA CRUZ | 06. MARCOS PRADO DIAS |
| 07. FERNANDO SANTOS OLIVEIRA | 08. ARY REZENDE SILVA |
| 09. IRACEMA FIGUEIREDO | 10. MANOEL LUIZ OLIVEIRA |



01. Atuação dos órgãos do sistema de habitação limitada apenas a construção de moradias;
02. Excesso e complexidade da legislação que disciplina o S.F.H. em todos os níveis (Federal, Estadual e Municipal);
03. Falta de entrosamento entre os órgãos que atuam no setor de habitação (CEF/COHAB/ENERGIPE/DESO/PMA/TELERGIPE/SUGIPE/CODISE/BANESE/ADEMA);
04. Construção de habitação populares sem a observância dos seguintes vetores: Faixa de Renda da População Alvo/Adensamento Urbano/ Localização/ Outros;
05. Vinculação do IPES à Secretaria de Habitação;
06. Caos na estrutura orgânica da COHAB gerando desmotivação do pessoal e perda de Tecnologia e Produção;
07. Falta de planejamento técnico na implantação de conjuntos habitacionais;
08. Inviabilidade de atuação do IPES no programa habitacional;
09. Diversificação da função em órgãos que não têm estruturas específicas;
10. Falta de pesquisa tecnológica na área de habitação;
11. Falta de uma política racional para estocagem de terras, objetivando a construção de habitações populares;
12. Ausência de desenvolvimento comunitário antecipado junto aos futuros mutuários;
13. Falta de participação das administrações municipais na política habitacional;
14. Ausência de representatividade dos segurados e servidores no Conselho de Administração do IPES;

Segmento - HABITAÇÃO E PREVIDÊNCIA

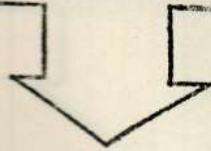
SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES



15. Falta de pesquisa sócio-econômica junto à população alvo que respalde as decisões da COHAB;
16. Deficiência na elaboração e execução de mutirões habitacionais;
17. Vinculação do Departamento de Assistência Médica com Previdência na mesma Diretoria do IPES;
18. Falta de prioridade governamental para a construção de habitações que atendam à faixa de 0 a 2 salários mínimos;
19. Gigantismo dos empreendimentos habitacionais;
20. Baixa remuneração dos profissionais de saúde vinculados ao IPES;
21. Idêntica forma de tratamento por parte dos agentes do S.F.H. aos mutuários da capital e interior;
22. Falta de uma política de aproveitamento de materiais de construção regionais;
23. Ausência de valorização dos servidores com falta de treinamento específico e remuneração condigna nas áreas de previdência e habitação;
24. Excesso de ingerência dos empreiteiros no controle das obras e projetos no S.F.H.;
25. Baixa qualidade de construções populares;
26. Construção de edificios para população de baixa renda;
27. Excesso de sub-empreitadas na execução de serviços na área habitacional;
28. Excesso de interferência da viável "política" na distribuição de casas populares;

Segmento - HABITAÇÃO E PREVIDENCIA

SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES

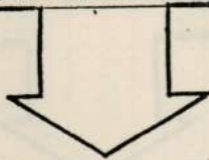


29. Atuação da COHAB em faixa de renda acima de 05 salários mínimos;
30. Falta de análises técnica e econômica na aquisição de áreas para construção de conjuntos habitacionais;
31. Não prioridade de recursos destinados exclusivamente à Previdência-Pensão, Aposentadoria e Auxílios do IPES;
32. Falta de preocupação do Governo com a proliferação de habitações sub-normais;
33. Falta de programa de Governo para construção de lotes Urbanos-Rurais nos municípios que integram a grande Aracaju;
34. Não ocupação dos vazios urbanos;
35. Atuação do IPES como agente financeiro (empréstimo pessoal);
36. Falta de prioridade para atendimento ao servidor público com relação à casa própria;
37. Falta de uma maior ação da COHAB nos financiamentos individuais;
38. Ausência de um plano de prioridades para a concessão de benefícios e serviços no IPES;
39. Ausência de um órgãos governamental para administrar eficientemente as conurbações urbanas;

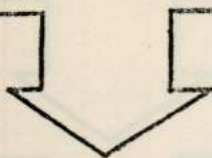
Segmento - HABITAÇÃO E PREVIDENCIA

SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES

PRIORIDADES



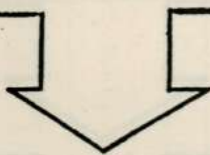
01. Construção de habitações populares sem observância dos seguintes vetores: Faixa de Renda da População Alvo/ Adensamento Urbano/ Localização/ Outros;
02. Falta de entrosamento entre os órgãos que atuam no setor de habitação (CEF/COHAB/ENERGIPE/DESO/PMA/ADEMA/TELERGIPE/SUGIPE/CODISE/BANESE);
03. Falta de preocupação do Governo com a proliferação de habitações sub-normais;
04. Falta de prioridade governamental para a construção de habitações que atendam à faixa de 0 s 2 salários mínimos;
05. Falta de pesquisa sócio-econômico junto à população alvo que respalde as decisões da COHAB;



01. Encaminhar Projeto-de-Lei a Assembléia Legislativa que defi
na, de forma transparente, os critérios de distribuição de
casas populares, via COHAB;
02. Encaminhar Projeto-de-Lei a Assembléia Legislativa propondo
a desvinculação do IPES da Secretaria de Habitação e Previ
dência;
03. Dar prioridade a utilização de programas habitacionais exis
tentes voltados à população com renda de 0 a 3 salários mí
nimos;
04. Encaminhar Projeto-de-Lei a Assembléia Legislativa, propondo
a vinculação à Secretaria da Habitação da DESO, ENERGIPE e
ADEMA;
05. Limitar a atuação do IPES, apenas à Previdência e Assistên
cia Social, suas finalidades legais;
06. Criar um Conselho de Habitação, com participação dos órgãos
vinculados ao sistema e representantes da Federação das As
sociações de Moradores e Sindicato da Construção Civil;
07. Dar prioridade a construção de pequenos conjuntos habitacio
nais que não ultrapassem a 500 unidades, ocupando vazios ur
banos;
08. Reestruturação Administrativa da COHAB, com implantação de
um Plano de Cargos e Salários moderno e ajustado a realidade
dos objetivos da Empresa;
09. Criar mecanismos dentro da COHAB que possibilitem construir
onde, como e o que as pessoas precisem;

Segmento - HABITAÇÃO E PREVIDENCIA
SITUAÇÃO DESEJADA / PROPOSIÇÕES DE MELHORIA

10. Encaminhar Projeto-de-Lei a Assembléia Legislativa, propondo uma tabela diferenciada para a cobrança emolumentos cartorários nos registros dos contratos de empréstimo tomados pelo Estado de Sergipe para obras de caráter social;
11. Desvincular o Departamento de Previdência do Departamento de Assistência Médica do IPES;
12. Aprimorar os mecanismos de controle técnico, administrativo e financeiro no âmbito da COHAB;
13. Promover a seleção prévia de mutuários considerando para implantação dos empreendimentos, os seguintes vetores: Local de Trabalho/ Material Regional e preço próprio/ Dimensionamento em função do HABITAT/Renda Familiar;
14. Descentralizar o atendimento do IPES localizando novos centros em áreas periféricas;
15. Dar prioridade, pela COHAB, funcionamentos individualizados (FICAM), dando assistência técnica, através de convênios com UFS, ETFS, promovendo ampla divulgação a população;
16. Elaborar planos de financiamentos que contemplem regiões problemáticas em termos de nível de renda;
17. Propor a Prefeitura Municipal de Aracaju a elaboração de Projeto-de-Lei com a participação dos segmentos interessados de um novo código de obras e urbanismo;
18. Promover concursos de estímulo a pesquisa tecnológica de aprimoramento de métodos construtivos regionais;
19. Centralizar na COHAB todas as atividades de construção, reforma, recuperação de sub-habitação etc., desenvolvidas por outros órgãos;



20. Participação de representantes de servidores e segurados na diretoria e no Conselho de Administração do IPES;
21. Montar estratégica de acompanhamento, desenvolvimento e pesquisa habitacional, a partir da ocupação dos mutuários para diagnosticar o Habitat;
22. Dotar o IPES de um plano de classificação de cargos e salários que venha atender as novas realidades estrutural e econômica;
24. Elaboração de um Banco de Dados na SEHAB que centralize as informações estatísticas referentes ao setor;
25. Criar na Secretaria de Articulação com os Municípios uma unidade que administre as conurbações urbanas;
26. Promover a formação e melhoria da mão-de-obra de construção civil utilizando implantação de unidades pelo processo de auto-construção apoiado em convênio firmados com a UFS, ETFS, SENAI e Outros.

RELATOR: ANTONIO JOSE CASTELO BRANCO
ORIENTADOR METODOLÓGICO: NÉSC FERNANDES DA SILVA

PARTICIPANTES DO SEGMENTO

01. ANTONIO ISAAC DE ASSIS

02. AIRTON LOCIO

03. JOSE AMERICO SOBRAL

04. PAULO FREIRE FILHO

05. RAFAEL DE OLIVEIRA

06. ANTONIO JOSE C. BRANCO

07. BARBARA CARVALHO

08. ARTUR MELO

09. FRANCISCO PINTO FAÇANHA

Segmento - HABITAÇÃO E PREVIDÊNCIA
SITUAÇÃO DESEJADA / PROPOSIÇÕES DE MELHORIA
PRIORITIZAÇÃO

01. Dar prioridade a utilização de programas habitacionais existentes voltados à população com renda de 0 a 3 salários mínimos;
02. Promover seleção prévia de mutuários considerando para implantação dos empreendimentos, os seguintes vetores: Local de Trabalho/ Material Regional a preço próprio/ Dimensionamento em função do HABITAT/ Renda Familiar;
03. Criar um Conselho de Habitação, com participação dos órgãos vinculados ao sistema e representantes da Federação das Associações de Moradores e Sindicato da Construção Civil;
04. Encaminhar Projeto-de-Lei a Assembléia Legislativa que defina, de forma transparente, os critérios de distribuição de casas populares, via COHAB;
05. Limitar a atuação do IPES, apenas à Previdência e Assistência social, suas finalidades legais.

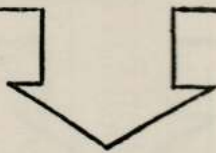
RELATOR: ANTONIO JOSE CASTELO BRANCO

ORIENTADOR METODOLOGICO - JOSE FERNANDES DA SILVA

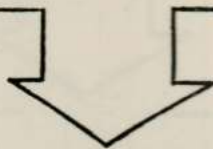
PARTICIPANTES DO SEGMENTO

- | | |
|-----------------------------|---------------------------|
| 01. ANTONIO ISAAC DE ASSIS | 02. AIRTON LÓCIO |
| 03. JOSE AMERICO SOBRAL | 04. PAULO FREIRE C.FILHO |
| 05. RAFAEL DE OLIVEIRA | 06. ANTONIO JOSE C.BRANCO |
| 07. BARBARA CARVALHO | 08. ARTUR MELO |
| 09. FRANCISCO PINTO FAÇANHA | |

SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES

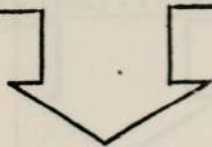


01. Falta de determinação do governo quanto a importância prio
ritária do segmento Indústria e Comércio;
02. A escolha inadequada de pessoas para dirigirem órgãos do seg
mento Indústria e Comércio;
03. Política inadequada de aproveitamento dos recursos minerais;
04. Disfunção dos órgãos estaduais por desenvolverem programas ,
projetos e atividades não inerentes a seus objetivos;
05. Multiplicidade de ação dos órgãos do Estado no segmento In
dústria e Comércio;
06. Política inadequada nos campos:
 - Tecnológico
 - Crédito
 - Capacitação Empresarial
07. Ineficaz sistema de incentivos fiscais para implantação de
pequenas e médias indústrias;
08. Falta de critérios de seleção das empresas, quanto aos seus
objetivos sociais para localização nas áreas de distritos in
dustriais;
09. Inexistência de inovação ao nível de se promover a industriali
zação;
10. Ineficácia do sistema financeiro de apoio ao segmento Indús
tria e Comércio;
11. Falta de apoio ao setor agro-pecuário para suprimento de ma
térias primas ao segmento industrial;
12. Deficiência no repasse dos recursos do imposto único sobre
mineral para desenvolver uma política mineral adequada;
13. Inexistência de uma política de aproveitamento industrial na
potencialidade agrícola do Estado;



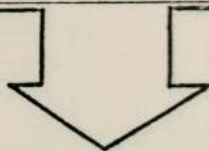
14. Falta de integração e interação entre os órgãos que atuam no segmento Indústria e Comércio;
15. Ineficiência de critérios de definição de prioridades no enquadramento de empresas para obtenção de incentivos fiscais que gerem o desenvolvimento do Estado;
16. Desconhecimento do plano de metas do Governo para o setor industrial;
17. Desconhecimento de estudos de vocações e potencialidades regionais;
18. Inexistência de LOBY na negociação de grandes projetos;
19. Despreparo gerencial de parte do empresariado;
20. Deficiência de pessoal capacitado para desenvolver um programa de pesquisa mineral em todo o Estado;
21. Inexistência de uma política de desenvolvimento de recursos humanos no segmento Indústria e Comércio;
22. Inexistência de pessoas preparadas para atuarem em programas associativistas;
23. Ausência de um setor de comunicação social visando promoções industriais e comerciais, interna e externamente;
24. Falta de integração entre os técnicos que desenvolvem os programas e projetos no segmento;
25. Falta de planejamento para o desenvolvimento do setor industrial e comercial;
26. Desmotivação do Pessoal Técnico;
27. Inadequação do setor educação nos níveis superior e médio na preparação de mão-de-obra despreparada no setor Indústria e Comércio;

SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES

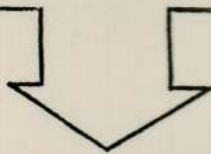


28. Ausência de uma política salarial justa para o pessoal que exerce a mesma função no segmento Indústria e Comércio;
29. Falta de realização sistemática de feiras e exposições para promoção, substituição de importação e nacionalização de produtos;
30. Falta de um setor de acompanhamento de projetos de interesse do Estado e analisados por instituições;
31. Falta de participação efetiva das representações de classe nos diversos conselhos deliberativos, nas formulações e acompanhamentos das ações desenvolvidas no segmento Indústria e Comércio;
32. Falta de entendimento entre os principais segmentos da sociedade, (política, empresarial, profissionais liberais, etc) na definição da política de industrialização e na defesa dos interesses maiores do Estado;
33. Falta de pesquisas e estudos na área de Indústria e Comércio;
34. Conselho de desenvolvimento industrial decadente;
35. Inexistência de um conselho de desenvolvimento comercial;
36. Má distribuição dos poucos recursos disponíveis;
37. Falta de um sistema de informações adequado e indispensável ao bom funcionamento do segmento.

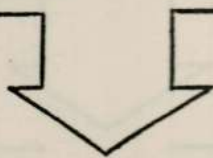
SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES
PRIORITIZAÇÃO



01. Falta de determinação do governo quanto à importância prioritária do segmento Indústria e Comércio.
02. Falta de planejamento para o desenvolvimento do setor industrial e comercial.
03. Escolha inadequada de pessoas para dirigirem órgãos do segmento Indústria e Comércio;
04. Falta de entendimento entre os principais segmentos da sociedade (Político, Empresarial, Profissionais Liberais, etc.,) na definição da política de industrialização e na defesa dos interesses maiores do Estado.
05. Ineficiência de critérios de definição de prioridades no enquadramento de empresas para obtenção de incentivos fiscais que gerem o desenvolvimento do Estado.



01. Constituição de um grupo de trabalho para estudar a implantação de um sistema de Planejamento;
02. Ouvir a classe empresarial na escolha dos dirigentes do segmento Indústria e Comércio;
03. Reanalisar e implantar a operacionalização do F.D.I. (Fundo de Desenvolvimento Industrial), procurando harmonizar as ações SIC/SEFAZ/BANESE;
04. Acionar a SIC e CEAG para em conjunto definirem os gêneros de Indústria e Comércio de maior importância para o Estado, visando a implantação e expansão de unidades empresariais;
05. Criar grupos de trabalho para estudar mecanismos que forneçam maiores facilidades de acesso das micro, pequenas e médias empresas às compras governamentais;
06. Aumentar a participação acionária do Estado de 5% para até 25% para motivar a implantação de unidades industriais de aproveitamento de recursos minerais, já pesquisados pela CODISE, exemplo da política para o setor hoteleiro;
07. Acionar a CODISE para executar o acompanhamento de projetos contemplados com benefícios físicos, fiscais e financeiros, em conjunto com o BANESE e CEAG;
08. Criar grupos de trabalho para estudar a vinculação do CEAG à Secretaria da Indústria e Comércio;
09. Estabelecer uma política mais agressiva de captação de recursos junto aos órgãos do Governo Federal para o desenvolvimento de projetos de interesse do Estado, mediante a celebração de convênios;



10. Acionar a PRODASE para promover a implantação de um sistema integrado de informações, computadorizado, para o segmento Indústria e Comércio;
11. Criar e fortalecer o grupo responsável pela implantação do C.I.I.B. (Complexo Industrial Integrado de Base), vinculando-o à CODISE;
12. Pleitear junto ao M.I.C., recursos para promover feiras e exposições periódicas;
13. Agilizar os trabalhos de reestruturação da S.I.C., que vem sendo desenvolvidos pela ASPLAN- Assessoria de Planejamento;
14. Liberar totalmente os recursos oriundos do Imposto Único sobre Minerais para o desenvolvimento de estudos e pesquisas geológicas;
15. Criar pequenos pólos industriais em municípios do interior do Estado, como maneira de estimular a desconcentração industrial e ordenar o uso do solo urbano;
16. Reavaliar e reestruturar o plano de cargos e salários da CODISE;
17. Questionar junto ao MEC a criação de uma Escola Industrial, de nível médio, na rede estadual de ensino;
18. Dotar a S.I.C. de recursos orçamentários suficientes para a realização do plano estabelecido, captando inclusive, recursos junto ao Governo Federal;
19. Acionar a SEPLAN para cobrar os objetivos institucionais de cada Secretaria e Órgãos vinculados, a fim de evitar multiplicidade de programas e ações e pulverização de recursos humanos e financeiros;

Segmento - INDÚSTRIA E COMÉRCIO
SITUAÇÃO DESEJADA / PROPOSIÇÕES DE MELHORIA

20. Reorientar através da elaboração de projetos micro-regionais e setoriais a política de apoio às micro, pequenas e médias empresas para ação integrada de instrumentos como: capacitação gerencial, mercado, tecnologia, crédito, estudos e pesquisas;
21. Fazer retornar à CODISE a responsabilidade pela implantação do Distrito de Socorro, transferido à SEPLAN por Decreto;
22. Implantar um Balcão de oportunidades de investimento a partir da análise das potencialidades e vocações industriais do Estado;
23. Desencadear um processo de entendimento com todas as classes políticas, empresarial liberal, visando fortalecer a posição do Estado junto ao Governo Federal em favor da implantação do CIIB;
24. Determinar a SEPLAN estudar a utilização de parcelas de recursos de royalties para compor os recursos do FDI (Fundo de Desenvolvimento Industrial).

PARTICIPANTES DO SEGMENTO

01. JOÃO TELES MENEZES NETO

02. CARLOS DE SOUZA NETO

03. ISMAEL VIANA DA SILVA

04. LOUIZ MULLER

05. ERNANI OLIVEIRA LIMA

06. JOSÉ RAFAEL DOS SANTOS

07. JOSÉ AMÉRICO DOS SANTOS

08. JOSÉ ALBERTO CRAVES

09. GERALDO TORRES

Segmento - INDÚSTRIA E COMÉRCIO
SITUAÇÃO DESEJADA / PROPOSIÇÕES DE MELHORIA
PRIORITIZAÇÃO

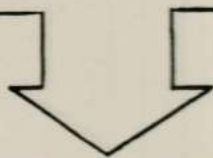
01. Ouvir a classe empresarial na escolha dos dirigentes do segmento Indústria e Comércio.
02. Dotar a S.I.C. de recursos orçamentários suficientes para a realização do plano estabelecido, captando inclusive, recursos junto ao Governo Federal.
03. Constituição de um grupo de trabalho para estudar a implantação de um sistema de Planejamento.
04. Criar e fortalecer o grupo responsável pela implantação do C.I.I.B. (Complexo Industrial Integrado de Base), vinculando-o à CODISE.
05. Desencadear um processo de entendimento com todas as classes políticas, empresarial liberal, visando fortalecer a posição do Estado junto ao Governo Federal em favor da implantação do CIIB.

RELATOR: LUIZ MACIEL

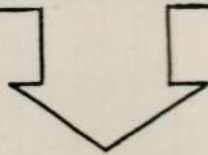
ORIENTADOR METODOLOGICO - JOSE FERNANDES DA SILVA

PARTICIPANTES DO SEGMENTO

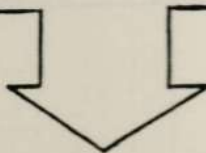
- | | |
|-----------------------------|--------------------------------|
| 01. JOAO TELES MENEZES NETO | 02. CARLOS DE GOES LEITE |
| 03. ISMAEL VIANA DA SILVA | 04. LUIZ MACIEL |
| 05. ERNANI OLIVEIRA LIMA | 06. JOSE RAIMUNDO DE A. CAMPOS |
| 07. JOSE AMERICO DOS SANTOS | 08. RUBIA RIBEIRO CHAVES |
| 09. GERALDO TORRES | |



01. Inexistência de estabelecimentos penais adequados para cumprimento da lei de execução penal;
02. Inexistência de uma filosofia de programação penitenciária;
03. Falta de colaboração dos órgãos públicos ao egresso como fator de reincidência;
04. Inexistência de cursos de aperfeiçoamento, treinamento e reciclagem do pessoal penitenciário;
05. Superdimensionamento de atividades da Secretaria da Justiça, Trabalho e Ação Social;
06. Ausência de um regulamento que fixe as diretrizes básicas para o funcionamento do sistema penitenciário;
07. Falta de divulgação das atividades desenvolvidas pelos órgãos integrantes do setor Justiça;
08. Falta de apoio à política de amparo e proteção ao menor abandonado, carente e infrator;
09. Ausência de autonomia administrativa e financeira dos departamentos que compõem a Secretaria da Justiça;
10. Existência de ociosidade na quase totalidade dos internados na maioria dos estabelecimentos penais;
11. Inexistência de uma política educacional na maioria dos estabelecimentos penais, devido a falta de espaço físico e pessoal especializado;
12. Inexistência de um quadro de carreira para a Defensoria Pública;
13. Deficiência dos setores que prestam assistência médica e odontológica nas Unidades penitenciárias;
14. deficiência do setor jurídico do sistema penitenciário;
15. Ausência de uma comissão de classificação e triagem;



16. Ausência de um estabelecimento adequado e especializado para menores infratores e perigosos;
17. Deficiência na assistência jurídica gratuita;
18. Falta de um programa de capacitação profissional para internos, efetivamente executado em todas as unidades penitenciárias;
19. Falta de uma política penitenciária para administrar o produto do salário do preso advindo do seu trabalho;
20. Ausência da isonomia salarial entre Defensores, Procuradores do Estado e Ministério Público;
21. Não implantação de Projetos existentes na Secretaria da Justiça, Trabalho e Ação Social como: Criação da Prisão Albergue, Centro de Observação, Unidade de Pronto Atendimento, etc.;
22. Falta de respeito aos direitos humanos do preso;
23. Ausência de autonomia administrativa e financeira do Manicômio Judiciário e do Presídio Feminino;
24. Ausência de estabelecimento penais em regime fechado, semi-aberto e aberto;
25. Falta de um quadro de pessoal especializado encarregado da disciplina e segurança dos presídios, com definição clara, quanto a sua subordinação hierárquica à Secretaria da Justiça;
26. Falta de assistência judiciária gratuita em diversas Comarcas do Estado;
27. Construção de estabelecimentos sem obediência às regras mínimas de programação penitenciária;
28. Falta de canais de comunicação entre a administração de presídio e internados, nas questões que lhes são inerentes na maioria dos estabelecimentos penais de forma institucionalizada;

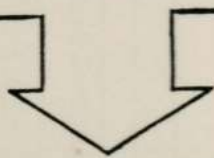


29. Falta de instrumentos legais próprios regulamentadores das atribuições e competências das Unidades Penitenciárias;
30. Falta de higienização da Penitenciária de Aracaju;
31. Construção do Hospital de Custódia e Tratamento inadequado com a problemática do doente mental;
32. Segurança interna de alguns presídios constituída por militares
33. Falta de individualização na execução da pena;
34. Ausência de um setor que estude o crime em todas as suas causas, a fim de que possa estabelecer diretrizes de política criminal;
35. Desrespeito à lei de execução penal;
36. Deficiência na assistência às famílias do preso e da vítima;
37. Não adoção das penas restritas de direito;
38. Má remuneração dos Diretores e Pessoal do Sistema Penitenciário.

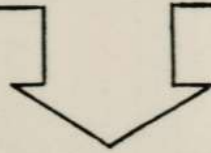
Segmento - JUSTIÇA
SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES
PRIORITICAÇÃO

01. Inexistência de estabelecimentos penais adequados para cumprimento da lei de execução penal.
02. Superdimensionamento de atividades da Secretaria da Justiça , Trabalho e Ação Social.
03. Ausência de isonomia salarial entre Defensores, Procuradores do Estado e Ministério Público.
04. Má remuneração dos Diretores e Pessoal do Sistema Penitenciário
05. Inexistência de uma filosofia de programação penitenciária.

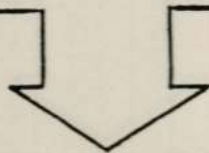
SITUAÇÃO DESEJADA / PROPOSIÇÕES DE MELHORIA



01. Propor o desmembramento da área de Trabalho e Ação Social da Secretaria da Justiça;
02. Nomear comissão para elaborar o regulamento de cada unidade penitenciária de acordo com a legislação vigente;
03. Construção da casa do menor infrator;
04. Instituir requisitos básicos para admissão, exercício e desempenho de funções na área de Assistência Judiciária e do Sistema Penitenciário, inclusive com treinamento para o pessoal existente;
05. Transformar a Penitenciária de Aracaju em presídio; adaptar a de Areia Branca para colônia agro-industrial; implantar a casa do egresso e elbargado, construir unidade de segurança máxima ou aproveitamento do presídio de Tobias Barreto em unidade de segurança máxima;
06. Transformar o Manicômio Judiciário em Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, a fim de entender às exigências da Lei de execuções penais, ocupando para tanto, o prédio construído para tal fim e atualmente sendo utilizado pela Secretaria de Saúde;
07. Promover Convênios com órgãos públicos e entidades privadas, para utilização da mão-de-obras dos detentos, de conformidade com suas aptidões;
08. Criar cargos de direção no presídio feminino e no Hospital de Custódia e Tratamento (Manicômio) em atendimento ao que dispõe o Art.75 da Lei de execuções penais;
09. Implantação da Defensoria Pública em todas as Comarcas do Estado, aproveitando o pessoal já existente;



10. Estabelecer e executar uma programação penitenciária através da assistência material, familiar, jurídica, educacional, religiosa, social e à saúde do preso e da família da vítima;
11. Implantar ou ampliar as oficinas de trabalho das unidades penitenciárias;
12. Retirar os militares da área interna das unidades penitenciárias, substituindo-os por agentes prisionais civis, conforme estabelece a lei;
13. Melhorar a remuneração do pessoal comissionado e de apoio que trabalha no sistema penitenciário;
14. Dar aos técnicos lotados nas unidades penitenciárias, condições materiais e financeiras para execução de programas;
15. Criar um setor, com técnicos especializados, para estudar o crime e suas causas, estabelecendo diretrizes e política criminal;
16. Criação, em todos os estabelecimentos penais, da Comissão Técnica de Classificação (C.T.C.);
17. Dar conhecimento à comunidade, através dos órgãos de comunicação, das atividades desenvolvidas pela Secretaria de Justiça, a fim de que essa possa usufruir da assistência judiciária gratuita e participar do processo reeducativo dos detentos;
18. Fazer gestões junto ao poder judiciário, através da Vara específica, para o cumprimento do instituto da remição da pena;
19. Reestruturar o Departamento do Sistema Penitenciário-DESIPE, dando-lhe maior autonomia administrativa e financeira;



20. Fazer retornar ao DESIPE o Programa de Assistência Judiciária, que foi transferido para o Departamento de Assistência Judiciária (DAJ), com pessoal suficiente a ser distribuído de acordo com a necessidade de cada unidade penitenciária;
21. Firmar convênios entre a secretaria da Justiça e Órgãos de saúde estaduais, a fim de prestarem assistência à população carcerária;
22. Manter Convênios com instituições públicas e privadas, com a finalidade de receber o sentenciado na pena de prestação de serviços à comunidade.

RELATOR: CARLOS RODRIGUES PENTEADO

ORIENTADOR METODOLÓGICO: JOSÉ HERNANDES DA SILVA

PARTICIPANTES DO SEMINÁRIO

01. ANTONIO ANGELO AZEVEDO MELLO
02. CARLOS RODRIGUES PENTEADO
03. JOSÉ WALTER SOARES LIMA
04. JOAQUIM SALGADO M. JUNIOR
05. ROBERTO EUGÊNIO DA F. PEREIRA
06. JOÃO BATISTA DA SILVA
07. MARINA PEREIRA
08. JORGE ALVES
09. CLOVIS BARBOSA DE MORAES
10. JOSEFA PEREIRA DA SILVA

Segmento - JUSTIÇA
SITUAÇÃO DESEJADA / PROPOSIÇÕES DE MELHORIA
PRIORITIZAÇÃO

01. Propor o desmembramento da área de Trabalho e Ação Social da Secretaria da Justiça.
02. Reestruturar o Departamento do Sistema Presidencial-DESIPE, dando-lhe maior autonomia administrativa e financeira.
03. Instituir requisitos básicos para admissão, exercício e desempenho de funções na área de Assistência Judiciária e do Sistema Penitenciário, inclusive com treinamento para o pessoal existente.
04. Melhorar a remuneração do pessoal comissionado e de apoio que trabalha no Sistema Penitenciário.
05. Nomear comissão para elaborar o regulamento de cada unidade penitenciária de acordo com a Legislação vigente.

RELATOR: CARLOS RODRIGUES PORTO DA CRUZ

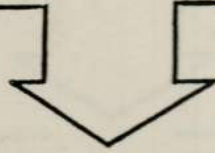
ORIENTADOR METODOLÓGICO- JOSE FERNANDES DA SILVA

PARTICIPANTES DO SEGMENTO

- | | |
|---------------------------------|--------------------------------|
| 01. ANTONIO ANGELO AZEVEDO MELO | 02. CARLOS RODRIGUES P.DA CRUZ |
| 03. JOSE WALTER SOARES LIMA | 04. JOAQUIM CALAZANS M.FILHO |
| 05. ROBERTO EUGENIO DA F.PORTO | 06. JOAO BATISTA DA SILVA |
| 07. JANINE PEREIRA | 08. IEDA MARY SILVA TOJAL |
| 09. CLOVIS BARBOSA DE MELO | 10. JUSSARA FERNANDES LEAL |

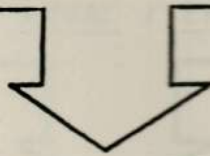
Segmento - OBRAS E TRANSPORTES

SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES

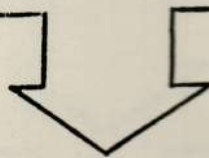


01. Falta de planejamento para Projetos e Execuções de Obras do Governo;
02. Falta de integração entre os órgãos responsáveis pelas atividades, Obras e Transportes;
03. Falta de pessoal qualificado;
04. Falta de uma Empresa Pública de Transportes coletivos urbanos;
05. Pulverização das funções de planejamento e gerenciamento dos transportes do aglomerado de Aracaju;
06. Inadequação da Legislação de Transportes Coletivos;
07. Insuficiência de recursos financeiros para operacionalização do DER;
08. Desvio dos recursos financeiros, materiais e humanos para execução de serviços viários municipais;
09. Inexistência de uma política de restauração e conservação da Malha Rodoviária Estadual;
10. Inexistência de um Plano Rodoviário que congregue toda Malha Estadual e Municipal;
11. Inadequada política de recursos humanos, relativos a: Recrutamento, Seleção, Treinamento, Lotação, Cargos e Salários;
12. Falta de uma política de manutenção e conservação da Malha Rodoviária: Polonordeste, Hortaliças, IAA e de outros Programas Especiais;
13. Falta de uma estrutura Orgânica-Administrativa no DER/SE para atendimento dos objetivos como: Executor de Obras e Administrador da Polícia de Transporte Rodoviário Inter-Municipal;

SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES



14. Falta de uma maior assistência rodoviária aos Municípios;
15. Falta de um apoio financeiro para manutenção adequada do sistema hidroviário;
16. Falta de definição de competência para construção e manutenção de edificações públicas;
17. Falta de uniformização dos critérios de licitação para construção de Obras Públicas;
18. Falta de planejamento integrado de Transporte a longo prazo;
19. Falta de uma definição de gerenciamento de vias urbanas;
20. Falta de critérios para a construção de Terminais Rodoviários;
21. Reduzida autonomia administrativa e financeira dos Órgãos Executores da Política de Transporte Estadual;
22. Ausência de política clara de apoio a indústria da construção civil e das empresas de Serviços de Engenharia (Consultoria, Topografia, Projetos, etc...);
23. Falta de continuidade dos programas especiais de comprovada viabilidade;
24. Incompetência da PRODASE para atender a operacionalização dos órgãos, no tocante a (Contabilidade, Controle de Estoque, etc...);
25. Falta de estudos sobre o transporte público alternativo para o aglomerado urbano;
26. Ausência de um sistema centralizado de Cartografia Estadual;
27. Inexistência de um cadastro atualizado do Patrimônio Móvel do Estado;

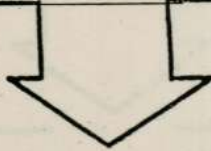


28. Inexistência de um Plano Estadual Aquaviário, para os Rios Sergipe, Cotinguiba, São Francisco, etc...;
29. Inexistência de participação dos órgãos na elaboração final do Orçamento Estadual;
30. Inadequação da estrutura operacional do DER à atual situação.

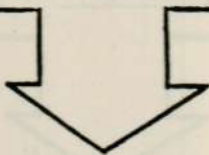
Segmento - OBRAS E TRANSPORTES

SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES

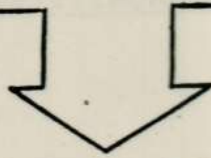
PRIORITIZAÇÃO



01. Falta de planejamento para Projetos e Execuções de Obras do Governo:
02. Falta de planejamento integrado de Transporte a longo prazo.
03. Falta de integração entre os órgãos responsáveis pelas atividades, Obras e Transportes.
04. Pulverização das funções de planejamento e gerenciamento dos transportes do aglomerado de Aracaju.
05. Falta de uma estrutura Orgânica-Administrativo no DER/SE para atendimento dos objetivos como: Executor de Obras e Administrador da Política de Transporte Rodoviário Inter-Municipal.



01. Elaborar estudos pelos órgãos competentes, visando a construção de um Conjunto Habitacional na Barra dos Coqueiros;
02. Estabelecer um Programa de Restauração e Ampliação de rodovias vicinais (conjuntamente com a Secretaria de Obras, Transportes e Energia e Secretaria de Articulação com os Municípios);
03. Reforma orçamentária e financeira no Estado, visando dar maior autonomia aos órgãos que tenham recursos específicos;
04. Atender a legislação existente com relação a aplicação de recursos específicos por parte do Estado: Fundo Rodoviário, I.P.V.A.;
05. Elaborar Anti-Projeto de Lei, visando definir competência para o gerenciamento do aglomerado urbano de Aracaju;
06. Definir um Plano de Transporte Urbano para o aglomerado urbano, visando atender as necessidades de longo prazo, considerando as diversas modalidades;
07. Estabelecer um Plano Plurianual de Obras, inclusive Rodovia;
08. Elaborar Anti-Projeto de Lei autorizando a transferência para o Município de Aracaju, das rodovias caracterizadas vias urbanas;
09. Reestruturação orgânica e administrativa do DER;
10. Aplicação da Legislação de Uso do Solo;
11. Reestruturar a Secretaria de Obras e Transportes;
12. Apoiar a Prefeitura na criação de uma Empresa Pública de Transporte Coletivo;
13. Estabelecer um Programa de Recuperação imediata da malha rodoviária Estadual;



14. Centralizar as obras públicas em termos de edificações, em um único órgão dando o apoio técnico administrativo necessário (quanto a Projeto, Construção e Recuperação);
15. Elaborar um Plano Rodoviário, visando escoar a produção agrícola e industrial;
16. Estudar a possibilidade de criação de órgão autônomo de transporte de linha intermunicipais, envolvendo terminais;
17. Equipar adequadamente o Órgão Rodoviário Estadual;
18. Implantar um novo centro de abastecimento, terminal de cargas, respeitada localização, quanto ao fator Transporte;
19. Incentivar a participação em Obras e Projetos do Estado das empresas locais, através de Decreto Governamental;
20. Estabelecer uma política de valorização e qualificação do servidor público;
21. Definir uma política de utilização do gás natural para indústria e transporte;
22. Organizar e manter atualizado o sistema cartográfico do Estado;
23. Estabelecer uma política séria e clara de Informática para o Estado;
24. Restabelecer a navegação fluvial para as cidades: São Cristóvão, Laranjeiras, Maruim, Santa Maria e cidades ribeirinhas do São Francisco;
25. Criar uma Comissão, visando a elaboração de um manual de especificação de serviços para os diversos tipos de obras;
26. Padronizar o Projeto de Terminais de Passageiros.

Segmento - OBRAS E TRANSPORTES
SITUAÇÃO DESEJADA / PROPOSIÇÕES DE MELHORIA
PRIORITIZAÇÃO

01. Reforma orçamentária e financeira no Estado, visando dar maior autonomia aos órgãos que tenham recursos específicos.
02. Definir um Plano de Transporte Urbano para o aglomerado urbano de Aracaju, visando atender as necessidades de longo prazo, considerando as diversas modalidades.
03. Estabelecer um Programa de restauração e ampliação de rodovias vicinais (conjuntamente, Secretaria de Obras, Transporte e Energia e Secretaria de Articulação com os Municípios).
04. Apoiar a Prefeitura de Aracaju na criação de uma Empresa Pública de Transporte Coletivo.
05. Restruturação orgânica e administrativa do DER/SE.

RELATOR: SERGIO TAVARES

ORIENTADOR METODOLOGICO - ANTONIO ALVARO DE CARVALHO

PARTICIPANTES DO SEGMENTO

TRANSPORTES

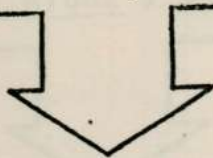
01. RAIMUNDO LUCAS
02. ANDRE FIALHO
03. MARIA ANITA TAVARES
04. SERGIO TAVARES
05. EDUARDO LEITE
06. JOSE PORTO NETO
07. HULGO RAMOS SOBRAL
08. MARIA MARTA DE A. TAVARES

OBRAS

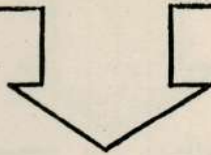
01. LUIZ EDUARDO MAGALHAES
02. GENTIL TAVARES FILHO
03. AGRINALDO CAMPOS LYRA
04. HOOVER PASSOS BARRETO
05. JOSE AUGUSTO M. DE ALMEIDA
06. FRANCISCO DE ASSIS V. DE SOUZA
07. AGAMENON ALMEIDA

Segmento - PLANEJAMENTO
SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES

01. Pouca articulação entre o Órgão Central do Planejamento-SEPLAN e os Órgãos Setoriais e entre estes;
02. Insuficiente emprego de técnicas de planejamento;
03. Ausência de treinamentos adequados para técnicos;
04. Deficiência de informações para alimentar o planejamento;
05. Falta de conscientização dos governantes da necessidade de planejamento;
06. Falta de integração nas ações de planejamento;
07. A SEPLAN executa funções que não lhe são inerentes;
08. Inexistência de um sistema de informações para o planejamento em operação;
09. Falta de um diagnóstico global atualizado sobre a realidade do Estado;
10. Fragilidade do INEP, como órgão instrumentador do Órgão Central do sistema;
11. Pouca seriedade na elaboração, análise e execução dos orçamentos;
12. Desestruturação técnica e operacional da maioria das assessorias setoriais e seccionais de planejamento;
13. Excesso de centralização nas ações de planejamento;
14. Falta de um nível institucional para a SEPLAN que permita uma ascendência sobre as demais Secretarias e outros órgãos;
15. SEPLAN esfacelada como Órgão Central;
16. Ausência de uma política coerente de alocação de recursos;
17. Inexistência de programas de trabalhos anuais por parte da grande maioria dos órgãos setoriais;
18. Duplicidade de Órgãos e Unidades formais e informais atuando no setor;

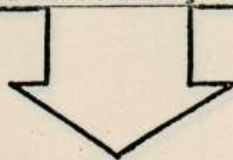


19. Desarticulação nas três esferas de Governo, prejudicando as ações de planejamento;
20. Ausência de um processo permanente de avaliação da execução do Programa de Governo;
21. Ênfase na captação de recursos em detrimento da função de planejamento;
22. Abandono, por completo, das ações de modernização administrativa;
23. Reduzida cooperação da SUDENE nas atividades relacionadas ao fortalecimento do sistema estadual de planejamento;
24. Recrutamento e seleção de pessoal de forma inadequada, via empreguismo;
25. Alocação inadequada dos recursos humanos;
26. Falta de identificação dos programas e projetos com as aspirações das comunidades;
27. Falta de democratização no processo de planejamento. (Planejamento autocrático);
28. Falta seriedade na execução de projetos e na elaboração de documentos técnicos;
29. Ausência de maior agressividade e habilidade das elites políticas em defesa dos interesses do Estado;
30. Existência de uma estrutura tecnista sem a participação da comunidade;
31. Inexistência de planejamento regionalizado para o Estado;
32. Existência de um estilo gerencial desestimulativo;
33. Abandono de estrutura funcional;
34. Falta de definição de planejamento estratégico para o Estado;
35. Desarticulação entre a SEPLAN e a Secretaria de Articulação com os Municípios;



36. Não tradição de trabalho em equipes multidisciplinares;
37. Falta de uma política de informatização no Estado;
38. Descontinuidade administrativa, prejudicando o processo de planejamento;
39. Pouca importância a pesquisa que possa melhor instrumentalizar o planejamento;
40. Pouca integração do BANESE nos programas do Governo;
41. Falta de coordenação do Órgão Central por parte da SEPLAN, quanto a negociação de empréstimos internos.

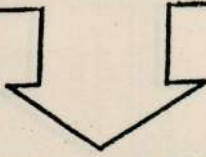
Segmento - PLANEJAMENTO
SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES
PRIORITIZAÇÃO



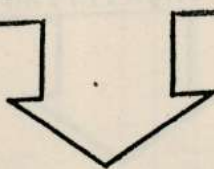
01. Falta de conscientização dos governantes da necessidade de planejamento.
02. Pouca articulação entre o Órgão Central do Planejamento-SEPLAN e os Órgãos Setoriais e entre eles.
03. Descontinuidade administrativa, prejudicando o processo de planejamento.
04. Abandono, por completo, das ações de modernização administrativa.
05. Falta de um diagnóstico global atualizado sobre a realidade do Estado.

Segmento - PLANEJAMENTO
SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES
PRIORITIZAÇÃO

01. Falta de conscientização dos governantes da necessidade de planejamento.
02. Pouca articulação entre o Órgão Central do Planejamento-SEPLAN e os Órgãos Setoriais e entre eles.
03. Descontinuidade administrativa, prejudicando o processo de planejamento.
04. Abandono, por completo, das ações de modernização administrativa.
05. Falta de um diagnóstico global atualizado sobre a realidade do Estado.



01. Criar na estrutura da SEPLAN uma Unidade de Modernização Administrativa;
02. Transferir da Secretaria de Administração para o INEP(SEPLAN) as funções de programação e execução das atividades de desenvolvimento de recursos humanos para o planejamento, permanecendo naquela Secretaria as demais funções de treinamento e gerência de pessoal;
03. Transferir para a SEPLAN as atividades de articulação com os municípios, promovendo-se, concomitantemente a extinção da SEAM;
04. Extinguir o CEAG, transferindo suas atividades para a CODISE;
05. Criar o Conselho Estadual de Desenvolvimento, objetivando a democratização do processo de planejamento, a ser integrado por Secretários de Estado, Universidades, Representantes de Classes, Líderes Comunitários e Lideranças Políticas, vinculado ao Gabinete do Governador, por ele presidido;
06. Instituir sub-sistemas de acompanhamento e avaliação das ações governamentais padronizadas;
07. Promover Seminário com a participação do futuro Governador e seu Secretariado, objetivando a conscientização da importância do processo de planejamento;
08. Realizar Seminários trimestrais entre os componentes do Sistema de Planejamento, visando a identificação de entraves e adoção de medidas corretivas;
09. Reativar os trabalhos de elaboração do Plano Diretor de Informática do Estado;



10. Estabelecer, através de Ato próprio, o perfil do quadro técnico que deve participar em todos os níveis do Sistema Estadual de Planejamento, de forma que, aqueles que não preencherem os pré-requisitos, sejam remanejados ou submetidos a treinamento específico;
11. Submeter a prévia aprovação do Conselho Estadual de Desenvolvimento a programação anual de investimentos do BANESE;

RELATOR: JOCELINO MENEZES

ORIENTADOR METODOLÓGICO: JOSÉ PEREIRA ALVIM

PARTICIPANTES DO SEGMENTO

- | | |
|---------------------------------|-------------------------------|
| 01. JOAO ALBERTO OLIVEIRA GOMES | 02. MARIA ELZIR DE ALMEIDA |
| 03. SUZANA ANDRADE BOMES | 04. MARIA DO CARMO DOS SANTOS |
| 05. DILSON MENEZES BARRETO | 06. JOCELINO MENEZES |
| 07. MARIA TIZABEL FERREIRA | 08. JOSEFA MARIA DE ALMEIDA |

Segmento - PLANEJAMENTO
SITUAÇÃO DESEJADA / PROPOSIÇÕES DE MELHORIA
PRIORITIZAÇÃO

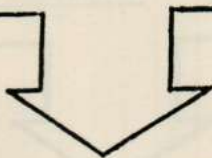
01. Criar o Conselho Estadual de Desenvolvimento, objetivando a democratização do processo de planejamento, a ser integrado por Secretários de Estado, Universidades, Representantes de Classes, Líderes Comunitários e Lideranças Políticas, vinculado ao Gabinete do Governador, por ele presidido.
02. Transferir da Secretaria da Administração para o INEP (SEPLAN) as funções de programação e execução das atividades de desenvolvimento de recursos humanos para o planejamento, permanecendo naquela Secretaria as demais funções de treinamento e gerência de pessoal.
03. Estabelecer, através de Ato próprio, o perfil do quadro técnico que deve participar em todos os níveis do Sistema Estadual de Planejamento, de forma que, aqueles que não preencherem os pré-requisitos, sejam remanejados ou submetidos a treinamento específico.
04. Instituir sub-sistemas de acompanhamento e avaliação das ações governamentais padronizadas.
05. Realizar Seminários trimestrais entre os componentes do Sistema de Planejamento, visando a identificação de entraves e adoção de medidas corretivas.

RELATOR: JOCELINO MENEZES

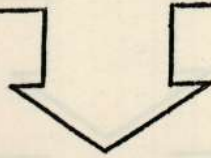
ORIENTADOR METODOLÓGICO - JOSE PEREIRA ALVIM

PARTICIPANTES DO SEGMENTO

- | | |
|---------------------------------|--------------------------------|
| 01. JOAO ALBERTO OLIVEIRA ROCHA | 02. MANUEL XAVIER DE ALMEIDA |
| 03. SUZANA ANDRADE GOMES | 04. ARNALDO BARROSO DOS SANTOS |
| 05. DILSON MENEZES BARRETO | 06. JOCELINO MENEZES |
| 07. MARIA IZABEL FERREIRA | 08. JUSSARA MAYNARD ARAUJO |



01. Pouca participação comunitária na identificação de problemas e na implantação de soluções;
02. Falta de esgotamento sanitário na zona rural;
03. Deficiência na estrutura orgânica da Secretaria;
04. Excessiva ênfase aos investimentos em detrimento do funcionamento do Sistema de Saneamento e Recursos Hídricos;
05. Pouco interesse da DESO para abastecimento de comunidades rurais, a partir das adutoras;
06. Falta de planejamento integrado e de longo prazo;
07. Identificação de órgão específico para atendimento sanitário das comunidades rurais e inexistência de órgão que lide com esgotamento e tratamento de resíduos industriais;
08. Falta de maior interação entre órgãos afins, Municipais, Estaduais e Federais;
09. Evasão de Técnicos;
10. Pouco treinamento;
11. Falta de proteção das bacias hidrográficas com relação ao seu meio ambiente, principalmente, a poluição;
12. Falta de entendimento, a nível estadual, de que Saneamento, além de água e esgoto, também é drenagem de resíduos sólidos;
13. Ausência de uma política eficiente na conservação e manutenção dos sistemas existentes;
14. Falta sensibilidade do Governo em relação aos recursos humanos do Estado no tocante a projetos de tecnologia pouco conhecida no Estado;
15. Inexistência de um Plano Estadual de saneamento básico rural;
16. Ingerência política nos órgãos, prejudicando o planejamento de ações;

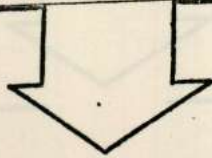


17. Falta de planejamento no uso dos recursos hídricos;
18. Ausência de um levantamento confiável e acompanhamento de recursos hídricos;
19. Ausência de esgotamento sanitário nas sedes municipais e me-
tade da capital;
20. Não aproveitamento integral das potencialidades do Rio Poxim;
21. Insensibilidade governamental com relação à poluição no Es-
tado;
22. Defasagem considerável entre a implantação do Sistema de
Abastecimento d'água e o esgotamento sanitário urbano;

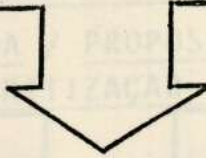
Segmento - SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS

SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES

PRIORITIZAÇÃO



01. Excessiva ênfase aos investimentos em detrimento do funcionamento do Sistema de Saneamento e Recursos Hídricos;
02. Falta de planejamento integrado e de longo prazo;
03. Ausência de esgotamento sanitário nas sedes municipais e metade da capital;
04. Falta de maior interação entre órgãos afins, Municipais, Estaduais e Federais.
05. Ingerência política nos órgãos, prejudicando o planejamento de ações.

- 
01. Encaminhar Projeto-de-Lei à Assembléia Legislativa, objeti
vando a criação de uma empresa pública, com a finalidade de
administrar os sistemas de efluentes industriais;
 02. Criação de Comitê especial de Saneamento e Recursos Hídri
cos, integrado por representantes do Governo, das entidades
de classe afins e representantes das microregiões do Estado;
 03. Consignação no orçamento estadual de recursos financeiros pa
ra operação e manutenção de barragens, sistemas de abasteci
mento de água e esgotamento sanitário urbano e rural;
 04. Criar planos de carreiras para as empresas do setor;
 05. Criar Comitê de estudos integrados da Bacia Hidrográfica do
Rio Poxim, com a finalidade do aproveitamento potencial para
fins múltiplos.

PARTICIPANTES DO SEGMENTO

01. PAULO REZENDE GOIS

03. GENIVALDO MONTEIRO

05. ALTINA SANDRA BARCEZ

07. MAX RITA MONTALVÃO

09. ALVARO JOSE PAES MOREIRA

02. JUAKEZ CARVALHO TELRO

04. SILVIO NOGUEIRA FARIAS

06. OSVALDO ASSUNÇÃO

08. CELSO LEITE

Segmento - SANEAMENTO E RECURSOS HIDRICOS
SITUAÇÃO DESEJADA / PROPOSIÇÕES DE MELHORIA
PRIORITIZAÇÃO

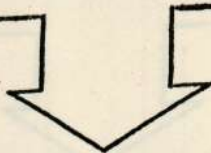
01. Criação de Comitê especial de Saneamento e Recursos Hídricos, integrado por representantes do Governo, das entidades de classes afins e representantes das microregiões do Estado.
02. Consignação no orçamento estadual de recursos financeiros para operação e manutenção de barragens, sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário urbano e rural.
03. Encaminhar Projeto-de-Lei à Assembléia Legislativa, objetivando a criação de uma empresa pública, com a finalidade de administrar os sistemas de efluentes industriais.
04. Criar planos de carreiras para as empresas do setor.
05. Criar Comitê de estudos integrados da Bacia Hidrográfica do Rio Poxim, com a finalidade do aproveitamento potencial para fins múltiplos.

RELATOR: GENIVALDO MONTEIRO SANTOS

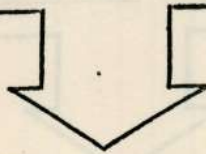
ORIENTADOR METODOLÓGICO - JOSE PEREIRA ALVIM

PARTICIPANTES DO SEGMENTO

- | | |
|-------------------------------|---------------------------|
| 01. PAULO REZENDE GOIS | 02. JUAREZ CARVALHO FILHO |
| 03. GENIVALDO MONTEIRO SANTOS | 04. SILVIO MUCIO FARIAS |
| 05. ALTINA SANDRA GARCEZ | 06. OSVALDO ASANUNA |
| 07. MAX MAIA MONTALVAO | 08. CELSO LEITE |
| 09. ALVARO JOSE PAES MOREIRA | |



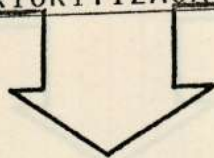
01. Falta de participação popular;
02. Falta de uma política de recursos humanos para o setor;
03. Inexistência de um programa de controle de doenças sexualmente transmissíveis;
04. Má distribuição e controle de material e medicamento;
05. Deficiência de leitos hospitalares;
06. Deficiência de profissionais de saúde no Interior;
07. Falta de credibilidade na assistência médica prestada pelo serviço público;
08. Falta de controle do câncer ginecológico no Interior do Estado;
09. Inexistência de controle das zoonoses;
10. Inexistência do controle sanitário dos alimentos;
11. Falta de estrutura das diretorias regionais de saúde do Estado;
12. Inexistência de programa de fluoretização da água de consumo no Estado;
13. Ineficiência do funcionamento das Ações Integradas de Saúde (AIS);
14. Inexistência de um sistema único de informações de saúde;
15. Deficiência de pessoal habilitado para o desenvolvimento de ações de promoção e prevenção e gerenciamento do serviço;
16. Inexistência de uma política adequada de vigilância sanitária;
17. Baixa, dispersa e inadequada aplicação de recursos financeiros no setor Saúde;
18. Centralização de decisões e concentração de atividades;
19. Inexistência de um programa global de saúde bucal;
20. Utilização incorreta da mão-de-obra;



21. Falência da Saúde Pública;
22. Falta de isonomia salarial e remuneração condigna;
23. Deficiência de leito maternidade;
24. Inexistência de um programa de planejamento familiar;
25. Inexistência de controle na contaminação das águas ambien
tais;
26. Falta de ativação dos meios existentes no Estado no controle
da zoonose;
27. Deficiência quanto à manutenção dos equipamentos de saúde
no Estado;
28. Ineficiência de divulgação e esclarecimento do Calendário de
imunização;
29. Ausência de estímulo à reciclagem dos profissionais de saúde;
30. Inexistência do controle demográfico no Estado (nascimento
e óbito);
31. Pluralidade de ações e multiplicidade de instituições no se
tor;
32. Hegemonia do modelo hospitalar individual, curativo e " sofis
ticado";
33. Inexistência de saneamento básico, principalmente a nível de
pequenas comunidades;
34. Inexistência de um programa de assistência médica especiali
zada no Estado;
35. Ineficiência do programa de estágio nas áreas médica e para
médica;
36. Deficiência na educação sanitária de uma forma global;
37. Falta de universalização do acesso do paciente aos serviços
de saúde;

Segmento - SAÚDE
SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES

38. Falta de medicamento na rede pública de saúde;
39. Higienização precária;
40. Deficiência no apoio laboratorial;
41. Desintrosamento interinstitucional na elaboração dos programas de saúde;
42. Deficiência no atendimento de emergência no Interior;
43. Deficiência na realização de exames complementares nas AIS;
44. Inexistência do serviço de verificação de óbito no Estado;
45. Baixa produtividade e resolutividade no setor público de saúde;
46. Ausência de uma Medicina socializada;
47. Inadequação do PSA;
48. Deficiência de creches, prejudicando o setor saúde;
49. Falta de uma política adequada em relação a sangue e hemoderivados;
50. Deficiência do controle do patrimônio móvel;
51. Falta de apoio de outros segmentos quando da realização de Campanhas de Vacinação;
52. Inexistência de Banco de sangue nos hospitais regionais;
53. Falta de autonomia do Serviço Médico do Estado (Junta Médica);
54. Falta de incentivo para que profissionais se dediquem às atividades gerenciais;
55. Ausência de planejamento feito com base na realidade epidemiológica no Estado;
56. Ineficiente programa de Saúde Mental;
57. Ineficiência de tratamento de doenças que exigem isolamento;
58. Deficiência na aplicação de escassa legislação sanitária;
59. Inexistência de um programa de controle de saúde do trabalhador;
60. Falta de alojamentos sociais.



01. Falta de uma política de Recursos Humanos para o setor.

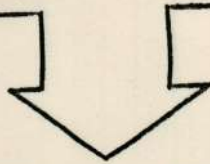
02. Ineficiência do funcionamento das Ações Integradas de Saúde (AIS).

03. Deficiência de leitos hospitalares.

04. Falta de participação popular.

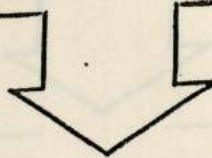
05. Baixa, dispersa e inadequada aplicação de recursos financeiros no setor Saúde.

06. Falta de credibilidade na Assistência Médica prestada pelo Serviço Público.



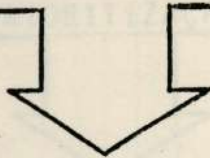
01. Implementar um sistema único de informações computadorizadas que garanta o estabelecimento das condições sanitárias do Estado, a fim de permitir ações de programação e acompanhamento de avaliação das ações de saúde;
02. Criar e implantar o SV0, visando o controle epidemiológico, através do diagnóstico da causa mortis, em todo o Estado;
03. Criação do Conselho Estadual de Saúde com participação de representantes a serem definidos na 1ª Conferência Estadual de Saúde;
04. Implementar um Programa de Saúde Oral com ênfase no desenvolvimento das ações preventivas;
05. Informatizar o sistema de administração pessoal;
06. Reestruturação da vigilância sanitária, de forma regionalizada;
07. Realizar, anualmente, uma Conferência Estadual de Saúde com ampla participação da sociedade para definir a política estadual de saúde;
08. Criação de centros de especialidades médicas (Policlínicas);
09. Reintegrar o Hospital da Polícia Militar à rede pública de saúde;
10. Dar autonomia administrativa e financeira às diversas instâncias gestoras dos níveis de prestação dos serviços de saúde (Diretorias Regionais, Módulos Básicos, etc.);
11. Municipalização imediata da rede básica (Centros e Postos de Saúde);
12. Criação das Comissões Municipais de Saúde;
13. Regionalizar áreas afins no Estado para possibilitar a compatibilização das ações dos diversos segmentos;

SITUAÇÃO DESEJADA / PROPOSIÇÕES DE MELHORIA



14. Criação de unidades mistas em todos os municípios;
15. Criar unidades de emergência (Pronto-Socorro) nos municípios de:
 - Propriá
 - Glória
 - Itabaiana
 - Lagarto
 - Estância
 - Porto da Folha
 - Tobias Barreto
16. Criação de um Programa obrigatório de treinamento para o pessoal recém admitido;
17. Reestruturar o Instituto Parreiras Horta, objetivando o atendimento laboratorial ao setor de saúde pública;
18. Implantação de uma linha de produção de medicamentos básicos no Estado, em integração com a UFS;
19. Definir e destinar índice mínimo de 12%(doze por cento) do orçamento global do Estado para as ações de atenção à saúde pública;
20. Implantar o tempo integral geográfico até posterior consolidação de um plano único de cargos e salários para o setor saúde;
21. Promover revisão total dos atuais créditos de fixação de profissionais de saúde no interior;
22. Reestruturar o sistema de alocação e controle do patrimônio móvel, objetivando atender às reais necessidades;

SITUAÇÃO DESEJADA / PROPOSIÇÕES DE MELHORIA



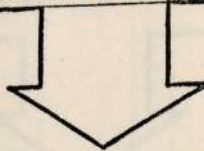
23. Celebrar convênios com a UFS, objetivando o funcionamento do Hospital Universitário;
24. Criação de um Centro Estadual de Zoonose;
25. Criação na estrutura da Secretaria de Estado da Saúde, de um Centro de Pesquisa Médico Sanitária;
26. Criação de uma Coordenadoria Odontológica na estrutura da Secretaria de Estado da Saúde.

RELATOR: JOSÉ SERVULO S. GUNES

ORIENTADOR METÓDICO: PAULO DE ASSIS PEREIRA ALVIM

PARTICIPANTES

- | | |
|-----------------------------|-----------------------------------|
| 01. LUIZ ANTONIO BARRETO | 06. VIRGILIO SANTOS BASTINHO |
| 02. ALCIDES VASCONCELOS | 07. MARCOS PAULO SILVA |
| 03. JOSE JOSÉ DE CARVALHO | 08. EDUARDO LUIS DE ALMEIDA COSTA |
| 04. ANTONIO DE SANTANA | 09. JOSE DE SAUL MATEUS |
| 05. CARLOS HAMILTON | 10. SERGIO MARCELO MARCEL |
| 11. FRANCISCO MIRTO TEJANHA | 12. MARIA EMILY PEREIRA OLIVEIRA |
| 13. JOSÉ SERVULO S. GUNES | 14. EDUARDO W. LOPES DE FREITAS |
| 15. EDEY CARLINO | 16. MILTON RODRIGUES |



01. Reintegrar o Hospital da Polícia Militar a rede pública de Saúde.
02. Criação do Conselho Estadual de Saúde com participação de representantes a serem definidos na 1ª Conferência Estadual de Saúde.
03. Realizar, anualmente, uma Conferência Estadual de Saúde com ampla participação da sociedade para definir a política estadual de saúde.
04. Criação de Unidades Mistas em todos os Municípios.
05. Implantar o tempo integral geográfico até posterior consolidação de um Plano Único de cargos e salários para o setor Saúde.
06. Definir e destinar índices de 12% (doze por cento) do orçamento global do Estado para as ações de atenção à saúde pública.

RELATOR: JOSE SERVULO S. NUNES

ORIENTADOR METODOLOGICO - JOSE PEREIRA ALVIM

PARTICIPANTES DO SEGMENTO

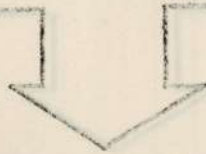
- | | |
|-----------------------------|---------------------------------|
| 01. LUIZ ANTONIO BARRETO | 02. VIRGILIO CARVALHO SOBRINHO |
| 03. ALCIDES VASCONCELOS | 04. MARCOS PRADO DIAS |
| 05. JOSE JOB DE CARVALHO | 06. EDUARDO LUIS SILVA COSTA |
| 07. ANTONIO DE SANTANA | 08. JOSE DE SOUZA PAIXAO |
| 09. CARLOS HAMILTON | 10. SERGIO VASCONCELOS GARCEZ |
| 11. FRANCISCO PINTO FAÇANHA | 12. MARIA GORETE DINIZ AZEVEDO |
| 13. JOSE SERVULO S. NUNES | 14. EDUARDO R. SOBRAL E FREITAS |
| 15. EDNEY CAETANO | 16. MILTON MEDEIROS |

Segmento - SEGURANÇA
SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES

01. Recursos financeiros insuficientes;
02. Policial sem nenhum preparo para a função;
03. Instalações físicas insuficientes e precárias;
04. Pessoal administrativo sem qualificação;
05. A Polícia Civil de Sergipe trilha pelos caminhos do empirismo;
06. Insuficiência numérica do Quadro de Pessoal;
07. Insuficiência de suporte técnico no que tange a datiloscopia e informatização;
08. Baixa remuneração policial;
09. Inexistência de treinamento prévio de pessoal;
10. Estrutura organizacional parcialmente inadequada;
11. Conflito de jurisdição e competência entre determinados órgãos da área de Segurança;
12. Desvio de funções do Pessoal;
13. Ausência de equipamentos adequados;
14. Inadequada estrutura administrativa;
15. Instabilidade do Delegado de Polícia;
16. Número insuficiente de Delegacias;
17. PM-Box em estado de abandono;
18. Falta de um diagnóstico sobre a violência e criminalidade no Estado;
19. Inexistência de um Centro conjudago de Operações Policiais , entre as polícias civil e militar;
20. Inexistência de trabalho integrado Polícia Militar/População;
21. Inexistência de uma Academia de Polícia em Sergipe (Civil e Militar);

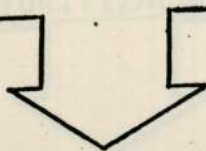
Segmento - SEGURANÇA

SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES



22. Inexistência de um órgão específico para apurar as infrações cometidas por policiais civis (Corregedoria);
23. Inativação dos Conselhos Superiores existentes nas áreas de trânsito e de polícia;
24. Inexistência de policiais civis no interior do Estado;
25. Falta de postos policiais nas saídas da Capital e nas fronteiras do Estado;
26. Insuficiência de Delegacias especializadas;
27. Número insuficiente de PM-Box na Capital;
28. Falta de entrosamento operacional entre o DETRAN/DESO/PREFEITURA;
29. Falta de um melhor planejamento do trânsito em Aracaju;
30. Grande defasagem no efetivo policial militar;
31. Insuficiência no setor de comunicações na Secretaria de Segurança;
32. Número de viaturas insuficiente para cobrir toda a área do Estado;
33. Carência de material de controle de incêndio, busca e salvamento;
34. Exiguidade no Quadro Pessoal especializado de Bombeiro;
35. Inexistência de Delegacias Metropolitanas nas principais cidades do interior do Estado;
36. Inexistência de instalações físicas para salvamento nas praias do Estado;
37. Ausência de Unidade do Corpo de Bombeiro no interior do Estado;
38. Defasagem no Quadro de saúde do Hospital da Polícia Militar (Pessoal/Material técnico e viaturas especializadas);

Segmento - SEGURANÇA
SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES



- 39. Falta de um armamento e munição adequados;
- 40. Falta de especialização no Quadro de Pessoal do Instituto Médico Legal;
- 41. Falta de especialização no Quadro de Pessoal do Instituto de Criminalística;
- 42. Deficiência no Quadro de Peritos de Trânsito;
- 43. Ausência de Policiais Militares do sexo Feminino;
- 44. Ausência de Integração Social entre as Polícias Civil e Militar.

Segmento - SEGURANÇA
SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES
PRIORITIZAÇÃO

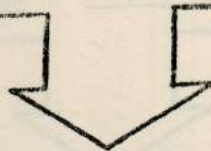
01. Inexistência de uma Academia de Polícia em Sergipe (Civil e Militar.

02. Ausência de equipamentos adequados.

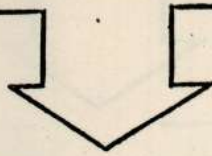
03. Instabilidade do Delegado de Polícia.

04. Estrutura organizacional parcialmente inadequada.

05. Baixa remuneração do Policial.



01. Construir Delegacias e Módulos policiais na Capital e Interior, inclusive nas fronteiras;
02. Instituir créditos de seleção para admissão de policiais;
03. Priorizar devidamente, o planejamento orçamentário, e o setor de segurança;
04. Autarquizar o Departamento Estadual de Trânsito-DETRAN;
05. Implantação da Academia de Polícia, já criada por Lei;
06. Criar órgão de carreira do Delegado de Polícia;
07. Intensificar a política de treinamento e reciclagem do pessoal civil em função, não policial do órgão;
08. Recuperar e Reequipar as atuais instalações policiais;
09. Interiorização da Polícia Civil;
10. Vincular o Centro de Dados da Secretaria à ASPLAN;
11. Redefinição da competência e jurisdição dos órgãos da área de Segurança;
12. Criação de um Centro de Informações Policiais voltado para Operações;
13. Criação da Corregedoria de Polícia;
14. Interiorização do Corpo de Bombeiros;
15. Ampliação e modernização do serviço de comunicação da Secretaria de Segurança;
16. Ampliar o efetivo das polícias, Civil, Militar e Corpo de Bombeiros;
17. Concurso Público para todos os níveis da Estrutura Policial;
18. Aprimorar, em equipamentos e pessoal, o Departamento de Polícia Técnica;



19. Criação do Quadro de Polícia Feminina;
20. Diagnosticar, cientificamente as causas da criminalidade;
21. Construção de um novo prédio para o Instituto Médico Legal, na periferia da Capital;
22. Implantação da Delegacia de Entorpecentes;
23. Criação da Delegacia de Furto de Veículos;
24. Padronização do armamento e munição da Polícia;
25. Expansão do Programa Polícia Comunitária ao interior do Estado;
26. Criação de um Centro de Recuperação e Manutenção de Viaturas;
27. Promover o inter-relacionamento entre as Polícias Civil e Militar, através de realização de Seminários, Cursos, Palestras, etc., para troca de informações;
28. Institucionalização das Polícias Florestal e Hidroviária;
29. Restringir o desvio de função do Pessoal da Segurança para outros órgãos públicos que não em função específica;
30. Estimular o ingresso e a manutenção nos Quadros de Pessoal das Polícias Civil e Militar, através da elevação dos níveis de remuneração.

Segmento - SEGURANÇA
SITUAÇÃO DESEJADA / PROPOSIÇÕES DE MELHORIA
PRIORITIZAÇÃO

01. Implantação da Academia de Polícia, já criada por Lei.
02. Autarquizar o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN.
03. Instituir critérios de seleção para admissão de policiais.
04. Criar órgão de carreira do Delegado de Polícia.
05. Estimular o ingresso e a manutenção nos Quadros de Pessoal das Polícias Civil e Militar, através da elevação dos níveis de remuneração.

RELATOR: AUGUSTO CESAR LOBAO MOREIRA

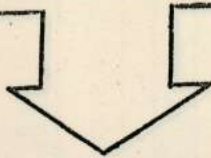
ORIENTADOR METODOLÓGICO- JOSE FERNANDES DA SILVA

PARTICIPANTES DO SEGMENTO

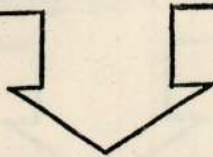
- | | |
|-------------------------------|-----------------------------|
| 01. JOAO ALBERTO ROCHA | 02. AUGUSTO CESAR L.MOREIRA |
| 03. RENAN TAVARES | 04. JOSE ROBERTO C.SILVA |
| 05. EDUARDO LEITE | 06. JOSE CARLOS DE SOUZA |
| 07. BELIVALDO CHAGAS SILVA | 08. JORGE RABELO |
| 09. ANTONIO CESAR OLIVEIRA | 10. ROOSEVELT VIEIRA LIMA |
| 11. MARIA JOSE CRUZ E FREITAS | |

Segmento - TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES

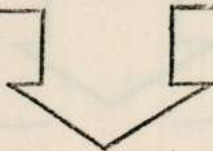


01. Política social indefenida;
02. Escassez de recursos para a Ação Social;
03. Falta de sensibilidade do Governo para os programas do setor social;
04. Falta de integração entre os segmentos (predominância de uma política compensatória na área do menor);
05. Má distribuição dos recursos na área social;
06. Falta de interesse da sociedade e das autoridades em relação ao menor abandonado;
07. Excesso de burocracia na liberação dos recursos;
08. Falta de uma política de emprego;
09. Ausência de planejamento do social ao nível global;
10. Não existe participação da sociedade civil organizada no programa e ação do Governo;
11. Descompasso entre o desenvolvimento econômico e o social;
12. Excessiva ação social imediatista;
13. Paralelismo de ações no Setor Social ocasionando pulverização de recursos;
14. Descontinuidade administrativa ocasionando prejuízos ao Estado;
15. Má vinculação dos setores Trabalho e Ação Social à Justiça;
16. Falta de compromisso profissional na área Social;
17. Excesso de projetos somente para captação de recursos;
18. Falta de avaliação qualitativa e quantitativa dos programas desenvolvidos;
19. Esfacelamento da Unidade de Comando pela diversificação de prédios;
20. Erros e omissões na divulgação de programas;



21. Ineficácia dos serviços públicos básicos;
22. Deficiente política de apoio à organização sindical e ao desenvolvimento comunitário;
23. Ausência de um órgão específico que coordene as ações do Setor Social no Estado;
24. Falta planejamento da Ação Social a nível da Secretaria;
25. Falta de humanização nas bases físicas destinadas a acolhimento de menores;
26. Concentração da execução da política do bem estar do menor a nível de Estado;
27. Má qualificação do pessoal que trabalha diretamente com o menor;
28. Ações desenvolvidas por técnicos não específicos da área;
29. Falta de escolas profissionalizantes em cursos de pequena duração para atendimento à demanda;
30. Falta equipamentos sociais para a execução dos trabalhos;
31. Tratamento policial inadequado dado ao menor;
32. Ausência de equipe interprofissional no planejamento, coordenação e execução das ações do Setor Social;
33. Número reduzido de vagas nas Empresas Públicas para absorção do menor;
34. Exploração do menor no mercado de trabalho;
35. Falta de um órgão específico para desenvolver a política estadual de emprego;
36. Despreparo das escolas de formação profissional para atender o mercado;

SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES

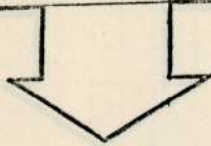


37. Objetivos setoriais não atingidos por constantes mudanças de prioridades a nível de comando;
38. Estruturas físicas inadequadas;
39. Não há política democrática de acesso ao emprego;
40. Falta valorização do Técnico;
41. Não há valorização e atendimento ao idoso.

Segmento - TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES

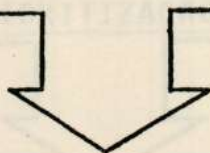
PRIORITIZAÇÃO



01. Ausência de planejamento do social ao nível global;
02. Falta de uma política de emprego;
03. Política social indefinida;
04. Falta de avaliação qualitativa e quantitativa dos programas desenvolvidos;
05. Má vinculação dos setores Trabalho e Ação Social à Justiça;
06. Paralelismo de ações no Setor Social ocasionando pulveriza
ção de recursos.

Segmento - TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
SITUAÇÃO DESEJADA / PROPOSIÇÕES DE MELHORIA

01. Criação de um Conselho de caráter consultivo, constituído de representantes da sociedade civil organizada, objetivando a discussão sobre a distribuição dos recursos para as diversas Secretarias, segundo prioridades sugeridas pelo colegiado;
02. Criar a Secretaria de Trabalho e Ação Social para coordenar e executar a política social e de trabalho no Estado, como a melhor forma de viabilizar as ações do setor;
03. Instituir decreto que vede definitivamente o ingresso de servidor público sem concurso público, de provas ou provas e títulos, a exemplo de medida semelhante do Governo Federal;
04. Criação de um Conselho de Trabalho e Ação Social com a participação de representantes das diversas Secretarias e de mais entidades envolvidas com o Social, objetivando contribuir na elaboração da política social, bem como facilitar a integração de trabalhos interinstitucionais;
05. Criar um órgão responsável pela política estadual de emprego, objetivando a correção de hiatos existentes entre a oferta e a demanda de mão-de-obra;
06. Criar outros programas de trabalho que objetivem a melhoria do nível de renda da mão-de-obra desqualificada;
07. Formar Comissões Executivas Municipais permanentes de atendimento ao menor para descentralização das ações, envolvendo todos os segmentos locais;
08. Assegurar em regimentos internos dos órgãos que a ocupação de cargos em comissão até os níveis de diretor, sejam privativos de técnicos com qualificação profissional afim;



09. Celebrar convênios com empresas privadas, visando absorção de mão-de-obra do menor;
10. Criação de setores de capacitação de recursos humanos nas diversas Secretarias e empresas com recursos constante no orçamento;
11. Criar programas de formação profissional na Comunidade para melhor qualificar os recursos humanos existentes, visando atender às especificidades regionais;
12. Criar uma equipe interprofissional a nível de Secretaria, a fim de elaborar um plano de avaliação qualitativa e quantitativa nos programas sociais.

RELATOR: MARIA AUXILIADORA DE CASTRO ORTIGÃO

ORIENTADOR METODOLÓGICO - JOSÉ PEREIRA ALVIM

PARTICIPANTES DO SEGMENTO

- | | |
|----------------------------------|----------------------------------|
| 01. MARIA DE LOURDES D. BARCEZ | 02. VERA LÚCIA BENEVIDES |
| 03. JUSSARA MENDONÇA LIMA | 04. TÂNIA M. SANTOS LIMA |
| 05. GILSON BEZERRA DO NASCIMENTO | 06. GERALVA M. COSTA BEZERRA |
| 07. JOSÉ CARLOS DE CASTRO | 08. ALIETE VIEIRA SILVA |
| 09. TÂNIA S. DE SOUZA NOGUEIRA | 10. MARIA AUXILIADORA C. ORTIGÃO |
| 11. JOSÉ ALBERTO ROSA MONTALVANI | |

Segmento - TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
SITUAÇÃO DESEJADA / PROPOSIÇÕES DE MELHORIA
PRIORITIZAÇÃO

01. Criar a Secretaria de Trabalho e Ação Social para coordenar e executar a política social e de trabalho no Estado, como a melhor forma de viabilizar as ações do setor.
02. Criar um órgão responsável pela política estadual de emprego, objetivando a correção dos hiatos existentes entre a oferta e a demanda de mão-de-obra.
03. Formar Comissões Executivas Municipais permanentes de atendimento ao menor para descentralização das ações, envolvendo todos os segmentos locais.
04. Criação de um Conselho de Trabalho e Ação Social com a participação de representantes das diversas Secretarias e demais entidades envolvidas com o Social, objetivando contribuir na elaboração da política social, bem como facilitar a integração de trabalhos interinstitucionais.
05. Criação de um Conselho de caráter consultivo, constituído de representantes da sociedade civil organizada, objetivando a discussão sobre a distribuição dos recursos para as diversas Secretarias, segundo prioridades sugeridas pelo colegiado.

RELATOR: MARIA AUXILIADORA DE CASTRO BRITO

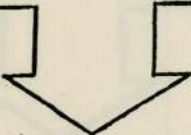
ORIENTADOR METODOLÓGICO - JOSE PEREIRA ALVIM

PARTICIPANTES DO SEGMENTO

- | | |
|----------------------------------|--------------------------------|
| 01. MARIA DE LOURDES O. GARCEZ | 02. VERA LUCIA SIQUEIRA |
| 03. JUSSARA MENDONÇA LIRA | 04. EDILMA M. SANTOS LIMA |
| 05. GILSON BEZERRA DO NASCIMENTO | 06. GENALVA M. COSTA BEZERRA |
| 07. JOSE CARLOS DE CASTRO | 08. ALIETE VIEIRA SILVA |
| 09. TANIA S. DE SOUZA NOGUEIRA | 10. MARIA AUXILIADORA C. BRITO |
| 11. JOSE ALBERTO ROSA MONTALVAO | |

Segmento - TURISMO

SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES

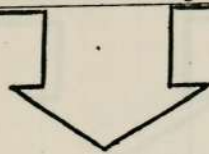
- 
01. Falta de recursos financeiros para o setor;
 02. Infraestrutura de apoio deficiente: Bares, Restaurantes, Lachonetes, etc...;
 03. Falta de integração entre os setores público e privado;
 04. Insuficiência de animação turística;
 05. Falta de recepção eficiente ao turista;
 06. Falta de uma política de Recursos Humanos para o setor: Recrutamento, Seleção e Treinamento;
 07. Falta de um levantamento sistemático e atualizado da Potencialidade turística do Estado;
 08. Falta de entendimento entre a EMSETUR e segmentos turísticos (Hotéis, Bares, Restaurantes, etc...);
 09. Os dirigentes dos segmentos turísticos não possuem visão empresarial;
 10. Falta de conscientização da população;
 11. Falta de uma política de ação para o setor;
 12. Insuficiência de informações sobre o mercado emissor;
 13. Falta de uma unidade orgânica de coordenação para desenvolver as atividades: Roteiros turísticos e calendário de eventos;
 14. Falta de uma política fiscal e creditícia para o pequeno empresário do setor (Bares, pequenos Hotéis, etc...);
 15. Falta de uma política de comunicação para o setor turístico;
 16. Falta de credibilidade na capacidade gerencial dos dirigentes da EMSETUR;
 17. Identificar melhor nossa oferta turística;
 18. Falta de conhecimento da importância do Turismo como atividade econômica por parte do poder público;

Segmento - TURISMO
SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES

19. Ampliar a propaganda para todo o Estado;
20. Falta de informação sistemática e constante para a imprensa local e nacional sobre fatos relativos as atividades turísticas;
21. Falta de estudos de viabilidade para a implantação de novos empreendimentos turísticos;
22. As atividades turísticas do setor público tem sido dirigidas por pessoas alheias e descompromissadas com o setor;
23. Falta de uma Assessoria Cultural na EMSETUR;
24. Falta de posto de informação turística nos hotéis;
25. Falta de uma política de divulgação mais agressiva do produto de Sergipe;
26. Falta de uma política de turismo interno;
27. Falta de ações que visem a preservação e conservação de locais gradouros públicos de interesse turístico;
28. Falta de Integração do pessoal técnico e administrativo da EMSETUR com empresas similares;
29. Falta de um aeroporto com condições de receber aeronaves de maior porte;
30. Falta de uma estrutura organizacional eficiente e eficaz para atender as atividades turísticas;

Segmento - TURISMO

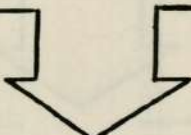
SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES
PRIORITIZAÇÃO



01. Falta de uma estrutura organizacional eficiente e eficaz para atender as atividades turísticas.
02. Falta de uma política de Recursos Humanos para o setor: Recrutamento, Seleção e Treinamento.
03. Falta de uma política de ação para o setor.
04. Falta de conhecimento da importância como atividade econômica por parte do poder público.
05. Falta de integração entre os setores públicos e privados.
06. Falta de um aeroporto com condição de receber aeronaves de maior porte.

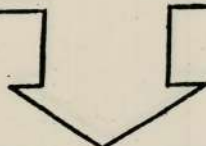
Segmento - TURISMO

SITUAÇÃO DESEJADA / PROPOSIÇÕES DE MELHORIA

- 
01. Criar um calendário integrado de eventos de interesse turístico sob a coordenação da EMSETUR, envolvendo: Instituições Públicas e Privadas;
 02. Criar um grupo de trabalho interinstitucional para inventariar a oferta turística do Estado, envolvendo a EMBRATUR utilizando como base a sua metodologia;
 03. Criar uma linha de crédito especial no BANESE para micro empresário ligado ao setor, em consonância com a EMSETUR;
 04. Firmar convênios com órgãos e instituições formadora de mão-de-obra especializada (SESC, SENAI) visando a formação e aperfeiçoamento dos profissionais ligados ao setor;
 05. Elaborar um diagnóstico da estrutura organizacional da EMSETUR;
 06. Transformar o Hotel Balneário de Salgado ou o Propriá Palace Hotel em hotel escola;
 07. Suspender os atuais contratos de empreendimentos turísticos (Hotéis, Restaurantes, e Bares) pertencentes ao poder público, com a iniciativa privada;
 08. Construção de uma sede para a EMSETUR, na área existente no Centro de Turismo;
 09. Implantar terminais turísticos no litoral e no interior:
 - Praia do Saco
 - Abaís
 - Pontal
 - Caueira
 - Canhoeira em Macambira (Interior)

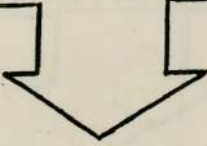
Segmento - TURISMO

SITUAÇÃO DESEJADA / PROPOSIÇÕES DE MELHORIA

- 
10. Mudar o aeroporto para fora do perímetro urbano de Aracaju ,
respeitando-se as áreas de interesse turístico;
 11. Instituir campanhas educativas sobre a importância do turismo
através da EMSETUR;
 12. Implantar o projeto do Parque Estadual da Ribeira (Itabaia
na) elaborado pelo INEP/EMSETUR em 1982;
 13. Empreender gestões à PMA a retirada imediata das barracas
que proliferem desordenadamente na Praia de Atalaia.(Tarefa
do Governo do Estado);
 14. Firmar convênio entre a EMSETUR/COHIDRO e PREFEITURA para
construir recanto de lazer;
 15. Implantar albergues da juventude em: São Cristovão, Laranjei
ras; Aracaju, Propriá e Atalaia Nova;
 16. Divulgar melhor os programas de animação turística promovida
pela EMSETUR;
 17. Elaborar e implantar um programa de treinamento para os em
pregados da EMSETUR;
 18. Criar um Conselho Estadual de Turismo vinculado ao órgão res
ponsável pelo sistema , devendo participar: Entidades Públi
cas e Privadas vinculada ao setor;
 19. Restabelecer a navegabilidade entre os municípios de Araca
ju, Santo Amaro, São Cristovão, Maroim e Laranjeiras criar
novos roteiros turísticos;
 20. Implantar sinalização turística na capital e interior atra
vés da EMSETUR;

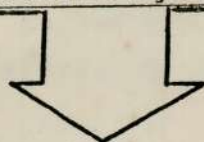
Segmento - TURISMO

SITUAÇÃO DESEJADA / PROPOSIÇÕES DE MELHORIA

- 
21. Promoção de pelo menos 4 feiras de caráter nacionais objetivando a divulgação e o intercâmbio comercial do setor;
 22. Criar uma Assessoria de Comunicação Social na EMSETUR;
 23. Definição da ação política dos programas de Artesanato e Patrimônio Histórico;
 24. Suspender de uma vez por todos, o clientelismo proporcionado pela classe política, ao órgão oficial, o poder de emitir parecer técnico favorável ou não a consecução dos trabalhos relacionados com a atividade turística em Sergipe.

Segmento - TURISMO

SITUAÇÃO DESEJADA / PROPOSIÇÕES DE MELHORIA PRIORITIZAÇÃO



01. Firmar convênios com órgãos e instituições formadora de mão-de-obra especializada (SESC/SENAI) visando a formação e aperfeiçoamento dos profissionais ligados ao setor.
02. Criar um grupo de trabalho interinstitucional para inventariar a oferta turística do Estado, envolvendo a EMBRATUR utilizando como base a sua metodologia.
03. Criar uma linha de crédito especial no BANESE para micro empresário ligado ao setor, em consonância com a EMSETUR.
04. Empreender gestões à PMA a retirada imediata das barracas que proliferam desordenadamente na Praia de Atalaia. (Tarefa do Governo do Estado).
05. Instituir campanhas educativas sobre a importância do turismo através da EMSETUR;
06. Elaborar um diagnóstico da estrutura organizacional da EMSETUR.

RELATOR: JOAO DE MENEZES BARROS FILHO

ORIENTADOR METODOLOGICO - ANTONIO ALVARO DE CARVALHO

PARTICIPANTES DO SEGMENTO

- | | |
|----------------------------------|----------------------------|
| 01. ANTONIO DO AMARAL CAVALCANTE | 02. EBENEZER NASCIMENTO |
| 03. GABRIEL D'ANUZZIO | 04. NIRAILDA R.KREMPSER |
| 05. MARINELIA DE O.SOUZA | 06. JANIO COSTA |
| 07. JOAO DE MENEZES BARROS FILHO | 08. PEDRO OLIVEIRA MENEZES |